

ENSINO SUPERIOR E POLÍTICA EDUCACIONAL: A gênese do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná

Leandro Turmena¹

RESUMO

O artigo objetiva discutir a gênese do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná em meados da década de 1960. Para tanto analisou-se o ensino superior no Brasil e no Paraná e as políticas educacionais para este nível de ensino no período estudado. Constatou-se que essa gênese acompanhou a primeira expansão do ensino superior em nível nacional e estadual num período em que as políticas educacionais beneficiaram, acima de tudo, a iniciativa privada. Registra-se ainda que o ensino superior no sudoeste atendeu demandas econômicas, políticas e sociais da sociedade mais amplas. A discussão assenta-se epistemologicamente no método do materialismo histórico dialético, em particular na categoria da totalidade, uma vez que o ensino superior sofre determinações em caráter geral e particular (demandas específicas da região Sudoeste em sua fase de constituição). Trata-se neste momento de contribuir, na perspectiva histórica, para a compreensão dos fatores preponderantes que resultaram na gênese do ensino superior na região Sudoeste do Paraná.

Palavras-Chave: Ensino superior; Estado; Política educacional; Gênese; Sudoeste do Paraná.

HIGHER EDUCATION AND EDUCATIONAL POLITIC: The genesis of higher education in the South west of the State of Paraná

ABSTRACT

The article intended discuss the genesis of higher education in the South west of Paraná State in the mid of 1960s. In this way, analyzes higher education in Brazil and the Paraná and the educational politics for this level of education in the period studied. It appears that the genesis accompanied the first expansion of higher education in national and state's level, at a time when educational politics benefited, above all, the private initiative. Records also that high education in south west answered economic, political and social's demands of the larger societies. The discussion rests epistemologically on the dialectical historical materialism method, particularly in the category of all, since the high education suffers determinations in general and particular character (specifics demands of the South west in its constitution phase). It is, at this time, to contribute, in historical perspective, to understand the major factors that resulted in the genesis of higher education in the South west region of Paraná.

Keywords: Higher education; Estate; Educational politic; Genesis; South west of Paraná.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem ao presente estudo investiga a gênese da educação em nível superior na região Sudoeste do Estado do Paraná e discute o papel do Estado como formulador das políticas educacionais. Tendo claro que os imperativos econômicos e políticos impostos pelo capitalismo encaminham tais ações, aqui se objetiva também verificar as relações existentes entre a totalidade (sociedade capitalista em determinados momentos) e a

particularidade (a região Sudoeste do Paraná com suas demandas sociais, políticas e econômicas).

Partiu-se do princípio de que para entender o menos desenvolvido é preciso entender o mais desenvolvido (MARX, 1996). Nesta perspectiva, abordamos o ensino superior no cenário nacional e estadual considerando que na década de 1960 já estava em andamento um processo de expansão nacional e estadual. É imperativo analisar as políticas educacionais implementadas pelo Estado buscando lançar luzes sobre as intencionalidades das mesmas nos contextos mencionados.

Sabe-se de antemão que, para caracterizar o Estado Moderno se torna fundamental levar em consideração a organização social do trabalho hoje determinada pela nova ordem mundial. Está se acha organizada com base nas relações capitalistas implementadas a partir de processos de organização do trabalho e da vida social fundamentados nos princípios do liberalismo. Nesta perspectiva, o artigo além de problematizar sobre a gênese do ensino superior no Sudoeste do Paraná, discute a priori este nível de ensino em âmbito nacional e estadual; o contexto histórico, econômico e político; as políticas educacionais e as ações do Estado.

Não se pode negar a importância das Instituições de Ensino Superior - IES para a região. Contraditoriamente, não podemos nos contentar com esta análise, somente. Se assim o fizermos, corremos o risco de não analisarmos os determinantes da gênese do ensino superior na região do Sudoeste do Paraná levando em consideração a lógica do capital e o papel do Estado na normatização legal desta proposta. Cabe, neste sentido, formularmos algumas questões norteadoras: Quando e em qual contexto ocorreu na região Sudoeste do Paraná a gênese do ensino superior? Quais os determinantes para a implantação destas instituições? Quais as possíveis mediações em relação a determinantes nacionais, estaduais e regionais?

2. ENSINO SUPERIOR E POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL E NO PARANÁ NOS ANOS 60 DO SÉCULO XX

A terceira fase² do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira - fase de irrupção do capitalismo monopolista - se acentua no fim da década de 50 e só adquire caráter estrutural após o Golpe Militar de 64, ambas do século XX. Nas décadas de 50 e 60 - que corresponde à República Populista que vai de 1946-1964 - um dos principais fatores na mudança no campo da educação escolar e, conseqüentemente do ensino superior foram segundo Cunha (2003, p. 171, *grifos nossos*) “a intensificação dos processos de industrialização-*modernização* e de monopolização, ao lado da emergência do populismo como instrumento de dominação das massas incorporadas à política, (...) que escapavam do controle das classes dominantes”. Segundo este mesmo autor, o sistema educacional orientado pela relação *educação e desenvolvimento* e o conceito de *educação como investimento* estava voltado para a formação do homem brasileiro, tendo em vista as tarefas do crescimento econômico de caráter nacionalista.

Quando Getúlio Vargas retornou à Presidência da República em 1951 (1951-54), após a disputa eleitoral de 1950, foram tomadas medidas pelo Estado, desencadeadas através da LDBEN 4.024 de 1961³, que garantiram a plena equivalência de todos os cursos de grau médio. “A expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário e a equivalência dos cursos médios ao secundário aumentaram a demanda pelos cursos superiores” (CUNHA, 2003, p. 171).

Na mesma perspectiva de Cunha (2003), Saviani (1997) também afirma que a LDBEN de 1961 tornou possível que, o aluno tendo concluído qualquer ramo do ensino médio, tivesse acesso, via vestibular, a qualquer carreira do ensino superior.

Vê-se que para atender a lógica do capital industrial o Estado instituiu a “oportunidade de todos” ingressarem no ensino superior pela equivalência dos cursos médios ao secundário. Esta mudança conjuntural fez com que o ensino superior expandisse acentuadamente. “O fator considerado de maior importância dentre os que propiciaram o crescimento do ensino superior foi a expansão da escola secundária e a equivalência a ela dos demais ramos do ensino médio” (CUNHA, 2003, p. 171).

Segundo Cunha (2003), a demanda pelo ensino superior foi respondida pelo governo federal sob três formas: 1) criação de novas faculdades onde não as havia ou onde só havia instituições privadas; 2) gratuidade dos cursos superiores em instituições federais, ainda que a legislação continuasse determinando a cobrança de taxas nos cursos públicos e, em 3) a federalização de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em universidades.

A partir do golpe Militar de 1964, implantando mais um período de ditadura no Brasil, e/ou uma “democracia excludente” (SAVIANI, 1999, p. 85), o ensino superior é marcado pelo processo de grupos hegemônicos do capital e pela sustentação destes no Estado hasteando juntos a bandeira de modernização do país, começando pelo sistema educacional. A tentativa expressa aqui sinteticamente, resumia-se em “sincronizar a educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social” (CUNHA, 2003, p. 172). Neste sentido é firmado o famoso acordo MEC/USAID em 1965 e 1967 [que vai até 1971, último ano de vigência dos acordos MEC/USAID] (FÁVERO, 1996) que na sua essência discursiva defendia que a Universidade deveria se libertar de todas as malhas do Estado, ter total autonomia para se desenvolver enquanto empresa privada. Sua administração deveria acompanhar o modelo industrial de gestão.

Na Constituição de 1967 (iniciativa do Governo Militar no intuito adaptativo da Constituição de 1946 às exigências do modelo militar-tecnocrático implantado pelo golpe de 1964) se sobressai o apoio à iniciativa privada no que diz respeito à educação: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo” (Art. 168, parágrafo 02).

No que tange ao ensino superior, percebe-se isso no Art. 168, parágrafo 03, Alínea III, segunda parte “Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior”. Não se enfatiza a gratuidade do ensino superior sob responsabilidade do Estado. E sim, fica clara, a concessão de bolsas aos estudantes carentes de recursos e que demonstrassem merecimento, exigindo efetivo aproveitamento e reembolso do valor da bolsa concedida. A explicitação da educação como um dever do Estado só aparecerá pela primeira vez na Constituição Brasileira na Emenda Constitucional de 1969 no Art. 176. Todavia percebe-se a partir das análises feitas que sendo um dever do Estado o setor privado foi o mais beneficiado tendo em vista que o Poder Público fazendo jus a seu “dever” investiu pesado na iniciativa privada.

A partir de Germano (1994, p. 196) esclarecemos esta questão:

[...] é a partir do golpe de 1964 que as empresas educacionais vão alcançar notável expansão. Isto ocorreu na medida em que o Estado criou mecanismos de ordem legal, muito expressivos – como a Constituição -, que abriram

espaço à iniciativa privada, à educação como negócio lucrativo. Com efeito, os governos militares tentaram não somente se desincumbir de financiar a educação pública e gratuita, mas também cuidaram de estabelecer as condições legais que permitissem a transferência de recursos públicos para a rede particular.

O projeto de uma reforma universitária, no sentido de democratização nascida e desenvolvida no âmbito do desenvolvimento estudantil nas décadas de 30 e 40 passou a fazer parte da bandeira do Estado na primeira década da segunda metade do século XX. Porém com o golpe militar de 31 de março de 1964, o Estado arrebatou esta proposta democrática, “redefinindo seu sentido para fazê-lo mero apoio para a modernização do ensino superior” (CUNHA, 2003, pp. 177-178) sob a lógica do que Saviani (1999) chama de “autoritarismo desmobilizador”.

Nesse aspecto, a Lei 5.540/68 conhecida como a Lei da Reforma Universitária⁴, só pode ser entendida através da articulação dialética entre a mundialização do capital e a luta pela hegemonia política (luta de classes) com “uma feição predominantemente organizacional, com clara inspiração taylorista e economicista” (CUNHA, 2003, p.180), tendo no acordo MEC/USAID, um importante meio para estabelecer as relações devidas entre os interesses das classes dominantes brasileiras e os interesses do capital estadunidense.

É após o golpe militar de 64 que tem-se uma expansão acentuada do ensino superior no Brasil, o qual considera-se a primeira grande expansão. Como vimos acima, o governo militar, via Conselho Federal de Educação propiciou uma abertura indiscriminada de escolas isoladas privadas, convertendo estas na regra da expansão do ensino superior.

O objetivo da classe dominante nacional, aliada ao capital internacional-estadunidense, de industrializar/desenvolver/desnacionalizar (famoso “milagre econômico”: 1968-1973) acarretou ao país uma modernização do ensino superior. Segundo Silva Jr. e Sguisardi (1999), os benefícios da diplomação em nível superior, principalmente os de formação de mão-de-obra, justificaram uma maior flexibilidade na abertura de instituições superiores, não só nos grandes centros, mas também no interior dos Estados. Isto fez com que sua expansão atingisse proporções antes não atingidas devido à intencionalidade lucrativa, legalizada por um Estado liberal, da iniciativa privada em progredir acentuadamente no território nacional uma vez que a Reforma de 68 legalizou incondicionalmente “a transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino superior, *beneficiando* seu crescimento indiscriminado por todo o país e com controle governamental praticamente zero” (SHIROMA, 2007, p. 32, grifos meus).

Segundo Oliveira e Teixeira (2004, p. 22), a participação da iniciativa privada no processo de expansão do ensino superior se deu em duas frentes principais: “uma composta por empresários do ramo da educação, até então especializadas nos 1 e 2 graus; outra formada por empreendedores do ramo de prestação de serviços, que viram no ensino superior um mercado em larga ampliação, sustentável e de grande lucratividade”.

De acordo com Cunha (2004, p. 803)

Se o capital privado foi atraído para o ensino superior, por razões políticas e econômicas, durante os governos militares, sua rápida acumulação e os vínculos que criou na sociedade política permitiu-lhe uma autonomização daquela base inicial. Da mesma forma, inicialmente dependente do

protagonismo político e ideológico da igreja católica, na luta contra o que pretendia ser a ameaça de monopólio estatal da educação, o capital gerou seus próprios aparelhos políticos e ideológicos.

Em tese, a política educacional – tendo a reforma de 68 como principal fruto - no âmbito do ensino superior durante o período militar tem como intencionalidade conter as mobilizações estudantis com o objetivo de restauração da ordem, contemplando também elementos de renovação (GERMANO, 1994).

Nesta perspectiva, as políticas educacionais em geral e, especificamente, as que envolvem a educação superior normatizando sua expansão, sempre estiveram atreladas à intencionalidades. Tais intencionalidades decorrem principalmente de fatores econômicos como também fatores sociais, políticos, culturais e ideológicos.

O Estado do Paraná como a mais jovem província do império se configurou no cenário nacional em 02 de agosto de 1853 quando se emancipa da província de São Paulo. Todavia, foi só na década de 1960 que o território paranaense pode ser considerado como quase que totalmente ocupado. Isto porque, nesta época cessaram de existir as frentes pioneiras⁵, não restando, desta forma, mais terras a serem “ocupadas” e “colonizadas”. Importante registrar que as “descobertas”, as ocupações e colonizações partiram de uma necessidade de produção material da existência, porém, já imbuídas, contraditoriamente, pela lógica do capital.

De acordo com Luporini (2008) até o ano de 1960 a hegemonia política no Paraná estava sob comando de dois grupos: do “Paraná Velho ou Tradicional”, um formado pelos tradicionais proprietários de terras e outro por representantes da burguesia-comercial. Desde os tempos da Província, o segundo grupo só toma para si a direção do processo a partir da República. Segundo a autora, essa alternância no poder político se manterá até 1964 (Governo Ney Braga: 1962-1964). De 1965 até 1968, Paulo Pimentel – representante da frente nortista – assumiu o governo do Paraná, início este da ditadura militar no Brasil.

A “ideologia do desenvolvimento integrado” foi a base do programa de governo de Pimentel. Isso, em conseqüência, refletia a necessidade de implantar infraestrutura básica como transportes, telecomunicação, energia elétrica como também estimulando à diversificação agrícola e à industrialização (SCHMIDT, 1999).

Assim como a habitação, a saúde e o saneamento, a educação também se incorporava nesse projeto. Para que tal processo desenvolvimentista fosse almejado se reconhecia a necessidade da qualificação de recursos humanos. Isso fazia que constassem referências ao sistema de ensino embora a educação superior não se expressasse como prioridade. Todavia “todas essas questões políticas são importantes para configurar o processo de implantação e desenvolvimento do sistema de ensino superior no Paraná” (LUPORINI, 2008, p. 55).

Historicamente de acordo com Schmidt (1999, p.97)

As Instituições de Ensino Superior do Paraná foram criadas não atendendo às expectativas e demandas da sociedade com um todo, mas, sim, aos apelos oriundos dos segmentos e regiões com maior capacidade política de pressão sobre o Estado. O fato evidenciou a quase total inexistência, ao longo do tempo, de uma política que sistematizasse a educação superior estadual.

Neste sentido, deve-se indicar que o aspecto político/ideológico orientado por questões econômicas, foi de fundamental importância para a criação e desenvolvimento do ensino superior em determinadas regiões do Estado.

Para Sheen (1986) de 1962 a 1972, o ensino superior no Paraná apresentou um processo de interiorização bastante elevado em relação a outros Estados Brasileiros⁶, na ordem de 86%. Segundo esta mesma autora, há duas questões que caracterizam a expansão do ensino superior no Paraná neste período. Primeiro a interiorização de IES e segundo, a implantação do ensino pago em universidades públicas e o privilégio da forma organizacional universitária.

Ainda é importante enfatizar que, de acordo com esta mesma autora, este processo de interiorização se constitui em três⁷. A saber: 1) Anos 50 e 60 caracterizam-se pela criação de estabelecimentos isolados; 2) Interiorização do ensino universitário ocasionando no final dos anos 60 a criação de três universidades estaduais: Ponta Grossa, de Londrina e Maringá e; 3) Em meados dos anos 70, a partir de 1975, tem-se a expansão de IES municipais.

Todavia a criação das universidades não impediu a proliferação de IES isoladas; o Estado do Paraná materializou de maneira rápida a política de ensino superior contida na reforma de 1968 e que, a criação das Universidades Estaduais, significou a

(...) concretização da origem governamental no sentido de se introduzir o ensino pago em Universidades públicas e, este aspecto, a meu ver, recoloca a questão do ensino público no Brasil, à medida em que essa implantação pode ser considerada como um reforçamento à tendência de privatização desse nível de ensino no país (SHEEN, 1986, pp. 05-06).

O cenário nacional na década de 70 (ainda sob a ordem militar subsidiada pelo capital internacional) é marcado pela crise econômica (iniciada em 1979) que coincidiu e se articulou com a do capital internacional (estagflação, aumento do preço do petróleo, crise fiscal do Estado). Isto gerou uma forte pressão sobre o regime militar. Em decorrência, buscaram-se mudanças na forma de condução das políticas sociais, inclusive a educação. O discurso governamental passou a enfatizar a integração social, o redistributivismo e os apelos participacionistas (participação da comunidade para a implantação de projetos). Voltou-se então segundo Shiroma (2007, p. 35) “para o desenvolvimento de programas e ações dirigidas às áreas mais pobres do país, como os estados do Nordeste, a zona rural e as periferias urbanas”. A educação, desta forma, neste caso o ensino superior, perdia a função que possuía até então para o projeto desenvolvimentista e tecnocrático e passou a servir “no plano do discurso – como instrumento para atenuar, a curto prazo, a situação de desigualdade regional e de pobreza gerada pela cruel concentração de renda decorrente do modelo econômico” (SHIROMA, 2007, pp. 35-36).

3. A REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

O sudoeste do Paraná começa a configurar-se a partir das ocupações dos campos de Palmas no início do século XIX por fazendeiros que encontraram na região um lugar propício para a criação de gado. Palmas tornou-se então a primeira cidade (instalada em 1879) da região sudoeste tendo no ano de 1868 cerca de 2.050 habitantes. Economicamente a região caracterizava-se pela criação de gado como também pela exploração da erva-mate que tornou-se o maior negócio da região a partir da metade do século XIX (WACHOWICZ, 1987).

A década de 1940 foi marcante para a região Sudoeste do Paraná. Por precaução à invasão estrangeira, principalmente pela Argentina é que via governo federal de cunho nacionalista, instaura-se o projeto *Marcha para o Oeste* com o objetivo de ocupar e nacionalizar a fronteira. Isso fez com que o capital gaúcho se preparasse para a expansão de sua mão-de-obra agrícola para também no sudoeste do Paraná. Segundo autores como Lazier (1997), Gomes (1986) e Fiorese (2003) essas medidas implantadas pelo governo getulista objetivam deslocar força-de-trabalho para novas regiões férteis com a finalidade de fomentar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanizados em larga expansão no País.

Isto faz com que na década de 1950 na região sudoeste do Paraná seja registrado um grande fluxo de migrantes gaúchos. Como diria Wachowicz (1987) a década de 50 foi a época do grande boom migratório sulista para a região sudoeste e oeste paranaense. Estes migrantes orientados ideologicamente pelos ideários getulistas do Estado Novo nacionalista contribuíram para o desenvolvimento da região; todavia, tinham também como objetivo fazer um novo Estado.

Nesta perspectiva, Bernartt (2006, p. 36) destaca que essa região, para fins de planejamento, “começa a existir enquanto uma entidade concreta para o Estado, por volta de 1940, que passa a exercer um papel preponderante na formação original do sudoeste paranaense”.

O sudoeste se caracteriza também pela existência de vários acontecimentos históricos na região, que a tornava diferente das outras regiões do Paraná e Santa Catarina. Ex: a Questão de Palmas, em que Brasil e Argentina disputaram a região; o Contestado, disputa de terras entre Paraná e Santa Catarina; a proposta do Estado das Missões em 1916 [o território que pertenceria a este Estado era a parte geográfica em que Santa Catarina ganhou do Paraná na Guerra do Contestado. Todavia este projeto não se concretizou] (WACHOWICZ, 1987); a existência entre 1943-46 do Território Federal do Iguazu - TFI (criado para amparar o excedente de mão-de-obra agrária do Rio Grande do Sul); a criação em 1943 da Colônia Nacional General Ozório (CANGO) com o objetivo de atrair a mão-de-obra excedente do Rio Grande do Sul afim de dar início à colonização no território Federal do Iguazu (BATISTI&SOUZA, 2004); Revolta de 1957 conhecida como o “Levante dos Posseiros de 57” teve por objetivo a retomada das terras por parte dos colonos junto às Companhias, que por sua vez defendiam os interesses dos latifundiários, ou seja, do capital (CARICONDE, s/d); movimento pró-criação do Estado do Iguazu [surgido após a extinção do TFI tomando o auge das discussões na década de 1960 e retomada na década de 1980 e 1990 e, extintas no final do terceiro ano desta mesma década, tinha por pretensões a autonomia política e administrativa atreladas pelo caráter de homogeneidade social, cultural e histórica da região] (LOPES, 2004).

Na década de 1970 a população da região sudoeste aumentou consideravelmente, porém ainda era uma das menos populosas do Estado do Paraná (IPARDES, 2004, p. 24).

Geograficamente a região Sudoeste do Paraná é considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE como uma mesorregião, constituída por 37 municípios, que por sua vez subdividem-se em quatro microrregiões⁸.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2004) a mesorregião Sudoeste Paranaense está no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.163.842,64 hectares, que corresponde a 6% do território estadual. A região faz fronteira a Oeste com a República da Argentina, através do foz do rio Iguazu, e faz divisa pelo Sul com o Estado de Santa Catarina.

Vê-se na figura abaixo o mapa de localização do Sudoeste do Paraná, no Brasil e no

Mundo.



Fonte: Tomazoni *apud* Bernartt (2006).

O processo de industrialização na região ocorreu tardiamente tendo um aumento significativo de indústrias na década de 1980 e, a partir da década de 1990 com o setor têxtil e de abate de aves concentradas principalmente em municípios como Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos que constituem um eixo articulado na região.

Estas metamorfoses que caracterizam a região Sudoeste do Paraná exigiram a formação de recursos humanos para o trabalho, gerência e condução do processo de industrialização. Para tanto se passa a análise dos mecanismos que surgiram com o objetivo de formar estes recursos, neste caso, as instituições de ensino superior.

4. A GÊNESE DO ENSINO SUPERIOR NO SUDOESTE DO PARANÁ

A gênese do ensino superior no Sudoeste do Paraná se dá no município de Palmas (primeira cidade da região). A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas – FAFI surgiu em 1967. Trata-se de uma instituição de caráter confessional, criada pela Igreja Católica, intermediada pela Fundação do Centro Pastoral, Educacional Dom Carlos – CPEA (BERNARTT, 2006).

Doze anos mais tarde, em 1979, foi fundada a Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas – FACEPAL, mantida pelo Poder Executivo Municipal em parceria com o CPEA (LIMA, 1997). Isso vai desencadear no surgimento das Faculdades Integradas Católicas de Palmas – FACIPAL em 2001 com a junção da FAFI e da FACEPAL. Essa mesma instituição, em 17 de maio de 2004, foi transformada em Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná – UNICS mudando em 2008 sua nomenclatura para Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS.

De acordo com Lima (1997) a fundação da FAFI, com cursos na área de licenciatura, está atrelada à preocupação por parte do “grupo de pioneiros com a educação e com a formação de professores na região” (p. 12). Segundo a mesma autora, uma outra preocupação se acentua desencadeando na fundação da FACEPAL, pois era necessária a criação de outros cursos evitando assim “a evasão de centenas de jovens de Palmas e da região para outras cidades e estados; e devido também à existência de mercado de trabalho na região e seu conseqüente aumento de divisas” (LIMA, 1997, p. 13, *grifos nossos*).

Fica evidente que a criação de uma IES na cidade de Palmas veio para atender a demanda populacional desta cidade, que já contava com 27 mil habitantes, e da região uma vez que não existiam IES que atendessem a demanda de um mercado de trabalho em expansão. Neste caso, percebe-se a “aliança” feita pela Igreja Católica⁹ com o Estado ditatorial, na aplicabilidade de recursos públicos à iniciativa privada, com a pretensão de formar a população através da educação como requisito de capital humano para atender a demanda do mercado de trabalho, do capital competitivo em expansão, formando profissionais das áreas “vocacionadas” (LIMA, 1997) localmente e regionalmente.

Na década de 1970 surgem mais duas IES na região. A Fundação Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Pato Branco – FACICON em 1975 no município de Pato Branco, com base em uma lei municipal que posteriormente, em 1982 é transformada, sem alterar sua função administrativa, na Fundação de Ensino Superior de Pato Branco – FUNESP e; também neste mesmo ano, a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL, também vinculada ao poder público municipal (BERNARTT, 2006).

Em 1992 é criado em Pato Branco um Campus do CEFET-PR com início das atividades em 1993. Neste mesmo ano é incorporado à esta unidade a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco - FUNESP. Isto faz com que esta instituição passe a oferecer não somente cursos técnicos, o que vinha acontecendo; e sim, cursos diferenciados de licenciatura e bacharelado em diversas áreas do conhecimento. Com isso, altera-se a estrutura político-administrativo-pedagógica desta instituição (BERNARTT, 2006). No ano de 2005, esta forma de organização de ensino superior, ou melhor, este Sistema, é transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Em 1999, a FACIBEL foi incorporada à Universidade do Estado do Paraná – UNIOESTE, que tem a sede da reitoria na cidade de Cascavel (Oeste do Estado). Isso fez com que na região fosse incorporada uma Universidade de cunho público mantida pelo governo do Estado do Paraná. Foi o quinto *campi* desta instituição (BERNARTT, 2006).

Sintetizando, tem-se que nas décadas de 60 (segunda metade desta década), 70 e 80 do século XX há no Sudoeste do Paraná apenas três IES: FACIPAL, em Palmas; a FUNESP, em Pato Branco e a FACIBEL em Francisco Beltrão.

O surgimento das IES sudoestinas está atrelado à instalação do Estado militar no Brasil em 1964 contando com o apoio norte-americano com vistas a expandir a lógica do capital num período em que o mundo se voltava para a Guerra Fria e, diluir os movimentos de características socialistas e/ou comunistas. Este Estado traz como decorrência a exclusão social, política e econômica do setor popular e de seus aliados. Segundo Germano (1994, p. 195) é “um Estado envolvido diretamente na organização da produção capitalista e que transferiu somas inomináveis de recursos ao capital privado. Um Estado cuja função de ‘domínio’ se sobre põe à função de ‘direção’”.

Com o objetivo de evitar a subtração de recursos destinados diretamente ao capital e a “Segurança Nacional”, o Estado, neste período, se desobrigou de investir em educação

pública e em outras políticas sociais. Deste modo o Estado pavimentou o caminho da privatização do ensino, também no nível superior. A legalidade de tal proposta veio com a Constituição de 1967 que vai revelar o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o conseqüente incentivo à privatização do ensino.

De acordo com Germano (1994, p. 205, *grifos nossos*)

O Estado, ao se desobrigar de financiar a educação pública, abriu espaço para que a educação (...) em todos os níveis fosse explorada como negócio lucrativo, com as empresas contando para isso com facilidades, incentivos e subsídios fiscais e creditícios, até mesmo a pura e simples transferência de recursos públicos para a rede privada de ensino.

Todavia, se por um lado a Constituição de 67 suprime os percentuais mínimos de recursos a serem aplicados em educação pela União, Distrito Federal e Estados; por outro ela mantém a obrigatoriedade com os municípios e incentiva “(...) a proliferação de escolas superiores isoladas de qualidade duvidosa, em sua maioria exploradas pela iniciativa privada” (GERMANO, 1994, p.207).

Importante também destacar que no início da década de 1990, houve, contraditoriamente, uma tentativa via governo estadual de criar a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu – UNIVALE com sede na cidade de Palmas que abarcaria a FAFI e FACE de União da Vitória, a FAFI e FACEPAL de Palmas, a FUNESP de Pato Branco e a FACIBEL de Francisco Beltrão. As discussões estavam bem avançadas, porém a partir do momento que Roberto Requião (1991-1994) assume o governo do Estado o discurso da falta de recursos torna-se um fator favorável para o não investimento em educação superior pública estadual, este caso, a criação da UNIVALE. Segundo Lima (1997, p. 16) “(...) o Estado do Paraná não dispunha de recursos suficientes para absorver mais gastos com o ensino superior e que mais uma universidade, englobando seis faculdades, era totalmente inviável”.

Todavia, a partir desta mesma autora, o governo do Estado forneceu apoio financeiro para as faculdades de Palmas e Francisco Beltrão uma vez que a faculdade de União da Vitória já estava estatizada e a de Pato Branco com o processo bem adiantado de federalização (LIMA, 1997).

Vale enfatizar que na década de 1990 houve a infiltração das propostas, via organismos multilaterais, da política neoliberal no Brasil ocorrendo, o hasteamento desta bandeira pelo Estado do Paraná. Isto também explica o não investimento em ensino público superior e a aplicação de recursos financeiros à iniciativa privada. Eis uma das ações de um Estado neoliberal; ou seja, mínimo, para as políticas públicas sociais e, máximo para o capital. Mas esta é outra discussão¹⁰.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que, a gênese do ensino superior na região Sudoeste do Paraná acompanha a primeira grande expansão do ensino superior em escala nacional e, conseqüentemente estadual que é norteadada pelas políticas educacionais do Estado militar priorizando a destinação de recursos à iniciativa privada.

Neste período, as ações do Estado, neste caso, como formulador das políticas educacionais se voltam para o processo de industrialização e modernização do país. O sistema

educacional é orientado pela relação educação e desenvolvimento e o conceito de educação como investimento. Sendo assim, o ensino superior é marcado pelo processo de grupos hegemônicos do capital e pela sustentação destes no Estado hasteando juntos a bandeira de modernização do país, começando pelo sistema educacional. Em tese era preciso sincronizar a educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social.

As demandas econômicas, políticas e sociais por ensino superior em meados da década de 1960 na região Sudoeste do Paraná eram evidentes. Os diversos acontecimentos regionais, com destaque para o projeto do Governo Federal *Marcha para o Oeste*, fizeram com que a população aumentasse acentuadamente e com isso a necessidade por formação humana em nível superior como requisito também para ascensão social e econômica.

Contraditoriamente, há que se levar em consideração os interesses da iniciativa privada, que tendo em vista ao atendimento das necessidades local e regional e, devido ao recuo do Estado (militar) no tocante ao investimento de recursos em educação pública, procurou estender a oferta de cursos superiores de acordo com a exigência do mercado mantendo uma “promissora” fonte de extração de mais-valia.

6. REFERÊNCIAS

- BATISTI, I. M.; SOUZA, E. B. C. de. Da formação do território ao Estado do Iguçu. In: In: Revista Informe Gepec. Vol. 08, n 02, jul./dez., 2004.
- BERNARTT, M. de L. Desenvolvimento e ensino superior: Um estudo do sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos. Tese de Doutorado. Campinas-SP: 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de janeiro de 1967.
- BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
- CARICONDE, N. A Revolta de 57: A vitória dos posseiros contra o avanço dos latifundiários. In: <http://www.anovademocracia.com.br/11/16.htm> - Acessado em 22/07/08 às 10h30min.
- CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Lopes, E.M.T. et al. 500 anos de educação no Brasil. 3 ed. p. 151-204. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no Ensino Superior – Estado e Mercado. In: Revista de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade. Vol. 25, n. 88, p.795-817, especial. Out. 2004.
- FÁVERO, O. A educação no Congresso Constituinte de 1966-67: Contrapontos. p. 241-253. In: FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas-SP: Autores Associados, 1996.
- FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FIGLIARELLI, G. Olhar feminino sobre a colonização do Sudoeste do Paraná. Revista IN PAUTA – Interdisciplinaridade e Pensamento Científico. Faculdade de Pato Branco/FADEP. V2, n.1, (Dez.2003). Pato Branco: FADEP, 2003, pp. 174-207.

- GERMANO, J. W. Estado militar e educação no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOMES, I. Z. 1957: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.
- IPARDES. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Sudoeste do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2004.
- LAZIER, H. Análise histórica da posse da Terra no Sudoeste paranaense. 2. ed. Francisco Beltrão, PR: Grafift, 1997.
- LIMA, MM. Contextualização das faculdades de Palmas: uma retrospectiva de sua caminhada. In: Consciência, Palmas/PR, 11 (1), p. 09-38, jan/jun 1997.
- LOPES, S. “Estado do Iguazu”: A trajetória de um movimento. In: Revista Informe Gepec. Vol. 08, n 02, jul./dez., 2004.
- MARX, K. Introdução à Crítica da Economia Política. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- LUPORINI, T. J. Ensino superior no Paraná: A memória da região Sudoeste. In: Revista Histedbr-online. Campinas-SP, n 31, p. 52-66, set. 2008.
- OLIVEIRA, M. R. & TEIXEIRA, E. S. Novos desafios do Fórum de Ensino Superior da Região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. IN: Anais do III Fórum de Ensino Superior: Sudoeste-PR/Oeste-SC: O papel das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional. 27 e 28 de out de 2004. Pato Branco-PR: Fadep – Faculdade de Pato Branco, 2004. p. 20-8.
- SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.
- SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.
- SCHMIDT, L. M. O ensino superior no contexto das políticas públicas: uma experiência de gestão no Estado do Paraná. São Paulo, 1999. Tese de doutorado, PUC-SP.
- SHEEN, M. R. C. C. O Contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná. Campinas, 1986. Dissertação de mestrado, UNICAMP.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política Educacional. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SILVA Jr. J. R. & SGUISSARDI, V. Novas Faces da Educação Superior no Brasil – Reformas do Estado e Mudanças na Produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- TURMENA, L. O público, o privado e o Estado sob a lógica do Capital: a expansão do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná. (Dissertação - Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa: História e Políticas Educacionais) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.
- TURMENA, L; SUBTIL, M. J.; DALAROSA, M. J. Ensino superior e política educacional: A expansão do ensino superior no Sudoeste do Estado do Paraná na década de 1990. In: Revista Histedbr-online. Campinas-SP, n 37, p. 45-58, mar. 2010.
- WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. 10 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- WACHOWICZ, R. C. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. 2 ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

Notas:

¹ Graduado em Filosofia e Pedagogia. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná – IFPR, *Campus* Palmas, Paraná, Brasil. Email: lturmena@hotmail.com

² Ver sobre a primeira e segunda fase do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira em: Fernandes (2006).

³ “Em, 1961, finalmente, o Legislativo brasileiro conservando sua vocação conservadora votou uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional submissa aos interesses da iniciativa privada – previa ajuda financeira à iniciativa privada de forma indiscriminada – e aos da Igreja” (SHIROMA, 2007, p. 26).

⁴ Com relação à lei da reforma universitária CUNHA (2003, p. 180, grifos meus) salienta que “Contraopondo-se à tradição brasileira, já secular, *esta reforma Universitária*, determinou que a universidade fosse a forma de organização por excelência do ensino superior, restando à instituição isolada o status de excepcional e transitória. No entanto, as afinidades políticas eletivas entre os governantes militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação (CFE) assumisse uma feição crescentemente privatista. Assim, no momento em que a reforma do ensino superior proclamava sua preferência pela universidade como forma própria de organização do ensino superior, o CFE já se empenhava em propiciar a aceleração do crescimento dos estabelecimentos privados, a grande maioria isolados, contrariando a lei recentemente promulgada. O Congresso Nacional, fechado pelo acirramento do autoritarismo, menos de um mês após a promulgação da lei da reforma universitária, permaneceu a margem desse novo impulso atomizador acionado pelos grupos privatistas”.

⁵ Wachowicz (2002) salienta a divisão do estado em três áreas histórico-culturais. A primeira se refere ao *Paraná Tradicional* que se expandiu desde o século XVII. Foi esta sociedade que tinha suas bases em Paranaguá (litoral), Curitiba (1 planalto), e Campos Gerais que, posteriormente, promoveu, na primeira parte do século XIX, a ocupação dos Campos de Guarapuava e Palmas. Até meados do século XIX nesta área ocupacional se caracteriza a economia de fazendas, isto é, do criatório e a exploração de erva-mate. Importante registrar que a influência de correntes migratórias, a partir do século XIX, foram preponderantes para o setor urbano e rural. A colonização da segunda área cultural - Norte do Paraná/**frente nortista**, mais ligados à São Paulo– teve início na década de 1840 onde se caracteriza economicamente pela agricultura de subsistência e a exploração da floresta tropical. Só nos últimos anos do século XIX e início do século XX que o café tornou-se economicamente viável. A terceira área cultural refere-se a meados da década de 1950 onde uma nova frente pioneira penetrou em, maior parte do sudoeste e parte do oeste - **frente sulista**. Esta frente pioneira estimulou-se pelos problemas da mão-de-obra agrícola no Rio Grande do Sul e Santa Catarina buscando, desta forma, no Paraná um lugar fértil para tal processo de trabalho, o agrícola.

⁶ O Estado do Paraná “(...) foi o segundo colocado ao lado do Rio Grande do Sul, ambos com 86% de participação, precedidos pelo Rio de Janeiro que apresentou um percentual de 87%. Os Estados que vieram a seguir foram: São Paulo com 74% e Minas Gerais com 72%” (SHEN, 1986, pp. 03-04).

⁷ É neste contexto que se insere a formação da primeira IES do Sudoeste do Paraná ligada ao Centro Pastoral Dom Carlos da paróquia do Senhor Bom Jesus (LIMA, 1997).

⁸ Ver mais sobre o conceito de região e problematização sobre a questão das mesorregiões e microrregiões em BERNARTT (2006).

⁹ Importante enfatizar que, historicamente, a Igreja Católica buscou recursos do Estado para financiar a iniciativa privada (escolas confessionais). O debate que precedeu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n 4.024, de 20 de dezembro de 1961 é um bom exemplo. Também é importante salientar que segmentos conservadores do catolicismo apoiaram o Golpe de 1964, da mesma forma que segmentos minoritários se colocaram contra a Ditadura civil militar.

¹⁰ Ver: TURMENA (2009) e TURMENA; SUBTIL; DALAROSA (2010).

Recebido em: 02/08/11

Aprovado em: 06/12/11